



Boletim nº. 14 - MERCOSUL - 20 de outubro de 2011

## VII Congresso da AIMJJ discute infância e justiça no século XXI

Com participação de mais de 1.300 pessoas entre os dias 5 e 7 de outubro, o evento reuniu representantes de diferentes países sul-americanos

O **VII Congresso Internacional da Associação Internacional MERCOSUL dos Juízes da Infância e Juventude (AIMJJ)**, em Assunção, Paraguai, foi o grande destaque deste mês de outubro. O evento, que teve como temática "Justiça e Infância: século XXI" reuniu um público de 1.370 pessoas para trocar experiências e buscar soluções aos atuais desafios na promoção dos direitos da infância e adolescência em nosso continente.

Organizado pela [AIMJJ](#), em parceria com a Corte Suprema de Justiça da República do Paraguai, o Congresso contou com um variado grupo de especialistas em temas da infância e avançou no processo de formulação de uma proposta sul-americana para a adequação dos Sistemas de Justiça às necessidades específicas de crianças e adolescentes.

"Tivemos a participação de conferencistas de alto nível, que falaram a partir de suas especialidades, mas todos sem perder de vista as questões da infância neste século XXI", avalia a juíza paraguaia e co-presidenta da [AIMJJ](#), Irma Alfonso de Bogarín. A magistrada, que esteve à frente da realização do Congresso, também aponta como uma importante conquista a ampla participação do público, formado por estudantes e operadores do Direito, além de representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil. "O evento obteve grande adesão, demonstrando o interesse da comunidade nacional e internacional pelo assunto", destaca a juíza.

### Discussões aprofundadas

Durante o evento, diversos painéis temáticos ocuparam simultaneamente três auditórios do Hotel Excelsior, localizado no centro da capital paraguaia. Foram debatidos desde os direitos fundamentais de meninos e meninas até as experiências latino-americanas com sistemas de facilitadores judiciais e mediação de conflitos

latino-americanas com sistemas de facultades judiciais e mediação de conflitos. Também foram abordados diferentes aspectos da Justiça Penal Adolescente, Justiça Restaurativa, garantia judicial de direitos, raciocínio jurídico e o papel dos meios de comunicação na promoção de direitos.

“A programação foi planejada pensando nos temas mais áridos dos Sistemas de Justiça. Os palestrantes cumpriram o que prometeram e trouxeram importantes contribuições”, observa o magistrado venezuelano e vice-presidente da [AIMJJ](#) em seu país, Juan Rafael Perdomo.

Para a ministra da Corte Suprema da República do Paraguai e ex-presidente da [AIMJJ](#), Alicia Beatriz Pucheta de Correa, o alto nível acadêmico do evento reflete as conquistas realizadas nos últimos anos. “Agora sim estamos avançando. Em primeiro lugar, porque crianças e adolescentes já têm mais visibilidade; depois de um período de transição, estamos consolidando a doutrina da proteção integral. Em segundo lugar, porque já existe uma consciência dos cidadãos em denunciar maus tratos a meninos e meninas”, afirma.

### **Rumo a uma proposta de Justiça amigável ou adequada**

Além da variedade e profundidade dos assuntos tratados nas palestras, o magistrado uruguaio e ex-presidente da [AIMJJ](#), Ricardo C. Pérez Manrique, também destaca o progresso obtido na formulação de propostas nacionais para a adequação dos Sistemas de Justiça às especificidades de garotos e garotas. “Isto se refletiu, sobretudo, na mesa sobre o tema específico da Justiça adequada. Houve avanços diferentes de acordo com os países: Brasil e Uruguai já têm um documento e Argentina fez uma série de sugestões. Encontramos também uma adesão entusiasta da Venezuela e, no Paraguai, pudemos observar a aplicação direta das 100 Regras de Brasília sobre Acesso à Justiça das Pessoas em Condição de Vulnerabilidade”.

O avanço também foi percebido pelo juiz argentino recém eleito como presidente da [AIMJJ](#), Elbio Raul Ramos: “estamos na terceira fase de construção de nosso documento regional. A primeira etapa teve início em outubro de 2010 em Buenos Aires, quanto fizemos o compromisso e começamos a disseminar os documentos-base para a discussão; na segunda fase, houve as discussões em cada país; agora, na terceira etapa, chegou o momento de buscar o consenso internacional”.

De acordo com o magistrado, nesta última fase, o diálogo entre os países do MERCOSUL será ainda mais intensificado: “propus a constituição de grupos de trabalho nacionais que ficarão em comunicação permanente. Assim, poderemos chegar ao encontro de Natal, Brasil, em março do ano que vem, com os consensos construídos sobre a base de um projeto de pautas interamericanas”.

### **Assembleia da AIMJJ e eleição de novas autoridades**

Durante o Congresso também foi realizada a Assembleia Ordinária da [AIMJJ](#). Na ocasião, foram discutidas as próximas ações da Associação e foram eleitas as autoridades que vão conduzi-la nos próximos dois anos.

Como resultado, houve a eleição do magistrado argentino, Elbio Raul Ramos, como o presidente da Associação e a condução da juíza paraguaia, Irma Alfonso de Bogarín, ao posto de co-presidente da [AIMJJ](#).

Como vice-presidentes nacionais foram novamente legitimados os juízes: Eduardo Rezende Melo, no Brasil; Ricardo C. Pérez Manrique, no Uruguai; Gaby Suarez, na

Bolívia; Ana Luisa Pietro, no Chile; e Juan Rafael Perdomo, na Venezuela. A escritora uruguaia, Catalina Elhordoy Perdomo, continuará como secretária permanente da [AIMJJ](#).

## Palavra dos participantes

A seguir, apresentamos algumas reflexões desenvolvidas por autoridades participantes do **VII Congresso Internacional** da [AIMJJ](#):

Alejandro Molina, docente da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires, ex-juiz e ex-presidente da [AIMJJ](#):

*"No evento, houve a predisposição para analisar os temas com um olhar eminentemente prático. Passaram-se mais de 20 anos desde a Convenção sobre os Direitos da Criança e, durante muito tempo, estivemos teorizando. Agora não mais: já existe uma consciência de que a Convenção deve ser estudada e aplicada."*

Andrea Santos Souza, promotora de Justiça brasileira e representante de seu país na Assembleia da [AIMJJ](#):

*"O objetivo é construir uma linguagem comum para que essa discussão se consolide no MERCOSUL. Sem dúvida, estamos em um momento histórico, no qual os países em desenvolvimento estão se posicionando como países que tem sistemas legais válidos e que garantem direitos para seus cidadãos."*

Elbio Raul Ramos, magistrado argentino e presidente recém eleito da [AIMJJ](#):

*"Como novo presidente da Associação, sinto uma grande satisfação pessoal pelo reconhecimento dos meus colegas e pela confiança que depositam em mim. Com respeito a propostas de trabalho, temos uma dupla missão: o fortalecimento institucional interno, com campanhas de comunicação e inscrição de sócios; e, externamente, temos que continuar o impulso que conseguimos desde dezembro de 2009, em Montevideu, tendo como base o trabalho das associações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Também é de fundamental importância contar com nosso órgão de comunicação, o boletim JIM. Agora vem uma nova etapa, em que temos de disseminar a produção de nossos associados, trocando informações e ideias."*

Evelia Fátima Rosalina Castro Aviles, docente da Faculdade de Direito da Universidade de San Martín de Porres e observadora do Peru na Assembleia da [AIMJJ](#):

*"Pude observar que realmente são juizes amigáveis e que, por trás de um magistrado, pode haver uma pessoa com muita sensibilidade social, que se reúne para discutir problemas comuns e formular soluções também comuns, sempre buscando a participação cidadã."*

Gaby Soares, ex-juiza, docente universitária, consultora do UNICEF e vice-presidente da [AIMJJ](#) na Bolívia:

*"Confirmamos mais uma vez que os problemas que temos em cada região são similares e que podemos estabelecer diretrizes para trabalhar todos juntos em busca de respeito aos direitos de nossas crianças e adolescentes, num marco de igualdade e não discriminação. Estamos na era dos direitos humanos."*

Juan Carlos Bordón Barton, ex-juiz e docente da Universidade Nacional de Assunção:

*"Se demonstra uma vez mais que existe um mecanismo de união, onde cada um tem*

*a sua parte e uma meta para cumprir dentro da grande engrenagem que são os interesses da criança e do adolescente. No evento, não houve países irmãos, porque fomos todos um só em prol dos direitos da infância."*

Maria Catalina Elhordoy Perdomo, escritã uruguaia e secretaria permanente da [AIMJJ](#):

*"A Associação está se consolidando como uma realidade que vai crescendo. Nos próximos anos, temos que continuar a consolidar nossas metas, gerar documentos e poder transmiti-los para que sejam ferramentas para os operadores de distintos países."*

Ricardo C. Pérez Manrique, magistrado uruguaio, ex-presidente da [AIMJJ](#) e vice-presidente da Associação no Uruguai:

*"Sinto que vamos continuar avançando e que, seguramente, aquele sonho que alimentamos desde 2008 – de que a AIMJJ seja uma associação em âmbito sul-americano pelo menos – poderá se concretizar dentro de alguns anos. Estamos em um período de desafios, mas também num momento de afirmação."*

Esta edição do JIM teve a colaboração de Monica Raquel Nuñez Duarte, assessora da atual co-presidente de [AIMJJ](#), Irma Alfonso de Bogarín.

Sugestões e críticas pelo e-mail: [jim@oficinadeimagens.org.br](mailto:jim@oficinadeimagens.org.br)



Apoio:

Patrocínio:

# Associação Internacional MERCOSUL dos Juizes da Infância e Juventude.



Produção Editorial:



[Descadastre-se](#) caso não queira receber mais e-mails.